

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 17

SINDICATO DOS BANCÁRIOS PARÁ - BELÉM - PA
ANFIP

Atual governo é o primeiro desde 1989 a não corrigir tabela do IR 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arranjo injusto (Editorial) 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com o cofre cheio 6

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação é recorde em junho e no primeiro semestre 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação vai bem; o Brasil, nem tanto (Editorial) 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

350 mil famílias entram na fila do Auxílio Brasil por mês 10

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Inadimplência cresce e atinge 62 milhões de brasileiros 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação ainda está bem viva (Artigo) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte de R\$ 5 bi apesar da receita extra 14

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

TSE: limites de gastos para eleições em 2022 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em documento, Fiesp defende democracia 16

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

VALOR DA GASOLINA NO BRASIL SE IGUALA AO INTERNACIONAL 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BCE eleva juro após 11 anos 18

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
ECONOMIA

Jogo empatado: crise europeia faz dólar alcançar valor do euro (Artigo) 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado já vê aperto maior para Selic 20

Sexta-Feira, 22 de Julho de 2022

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei favorece brasileiros 21

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

Preço da passagem aérea é o maior em quase dez anos 22

Atual governo é o primeiro desde 1989 a não corrigir tabela do IR

O atual governo federal pode ser o primeiro eleito democraticamente, desde 1989, a não reajustar a tabela de cobrança do Imposto de Renda (IR). A ausência da correção faz com que o poder de compra do brasileiro, já bastante prejudicado pela alta da **inflação**, reduza ainda mais. Esse foi um dos pontos principais da campanha eleitoral do atual presidente.

A tabela do imposto estabelece faixas de renda para definir quem precisa ou não pagar imposto no Brasil. Hoje, pessoas que ganham até R\$ 1.903 por mês ou R\$ 22.847 por ano são isentas do IR pela Receita. Esse valor está vigente desde 2015. De lá pra cá, os preços aumentaram, e os salários foram reajustados para tentar compensar a **inflação** - inclusive o salário mínimo. Assim, ainda que o poder de compra tenha caído, o trabalhador passou a ganhar um valor nominal maior. Mas, sem a correção da tabela do IR, milhões desses trabalhadores que eram considerados isentos em 2015, hoje passaram a ter de pagar **impostos**.

"A grande maioria dos trabalhadores tem o salário reajustado pela **inflação**. Se o reajuste não acontece no valor mínimo de isenção do Imposto de Renda, muitas pessoas que não pagavam o imposto, começam a ter de pagar só porque ela teve um reajuste inflacionário do salário", explicou Walcir Previtalo, secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). "Por mais que os sindicatos de todas categorias lutem por reajustes, o atual governo federal joga contra e ataca diretamente o poder de compra do trabalhador", completou.

De acordo com cálculo feito pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional), a tabela acumula defasagem de 26,5% durante o atual governo - maior percentual já registrado na história. Segundo o Sindifisco, faltando seis meses para o final do mandato, essa defasagem ainda tende a aumentar, já que a **inflação** segue na casa dos 10%. "Isso fará com que o IR passe a ser cobrado também de quem recebe baixos salários", aponta Walcir.

Defasagem da tabela do IR ante ao IPCA:

. 1996 a 1998 (FHC 1): 17,19%

. 1999 a 2002 (FHC 2): 18,99%

. 2003 a 2006 (Lula 1): 7,92%

. 2007 a 2010 (Lula 2): 2,48%

. 2011 a 2014 (Dilma 1): 6,53%

. 2015 (Dilma até início do processo de impeachment): 4,80%

. 2016 a 2018 (**Temer**): 9,42%

. 2019 a primeiro semestre de 2022 (Bolsonaro): 26,57%

Milhões de brasileiros prejudicados

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) estimou no início do ano o número de cidadãos que deixariam de pagar IR caso a tabela do tributo tivesse sido reajustada durante o governo Bolsonaro: 4,7 milhões.

Sem o reajuste, de acordo com a Unafisco, o governo vai arrecadar R\$ 287 bilhões com o IR referente a 2022. Desse total, R\$ 47 bilhões - ou 16% - serão arrecadados somente porque a tabela não foi corrigida.

De acordo com a entidade, levando em conta o salário mínimo de R\$ 1.212 vigente hoje, quem recebe 1,57 salário mínimo por mês já deve pagar imposto de renda. Em 2018, só pagava IR quem recebia mais que dois salários mínimos.

#BoraGanharEsseJogo

Em fase de negociações salariais, representantes dos trabalhadores têm ficado ainda mais atentos ao tema e querem, além de conquistar reajustes para suas categorias profissionais, a correção da tabela do Imposto de Renda também. A categoria bancária definiu como índice de reajuste a ser negociado com a bancada patronal a reposição da **inflação** da data-base. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula alta de 11,89% em 12 meses. Os bancários lutam ainda por mais 5% de ganho real.

"Na Campanha Nacional dos Bancários, este ano, nós

queremos aumento real e, conquistando esse reajuste, como ocorreu em anos anteriores, os bancários vão passar para outra faixa de contribuição, pagando mais imposto", diz Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários. Ela reforça que a solução é conseguir o reajuste salarial, mas também exigir a correção da tabela.

Fonte: Contraf-CUT, com informações da CUT e do Brasil de Fato

Site: <https://bancariospa.org.br/atual-governo-e-o-primeiro-desde-1989-a-nao-corriger-tabela-do-ir/>

Arranjo injusto (Editorial)

Diferentes rankings internacionais situam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, com elevada concentração no topo da pirâmide de rendimentos.

Outros levantamentos mostram que a carga tributária brasileira é superior à de outros emergentes. Entre os motivos, concorre o fato de o Congresso pós-ditadura ter desenhado uma Constituição de ampla inclusão social baseada no aumento do gasto público -que financia, por exemplo, os sistemas universais de saúde e educação.

A escolha dos parlamentares na Carta de 1988, contudo, não foi acompanhada de taxas de crescimento econômico suficientes para elevar, por si só, as receitas do Estado. Assim, o aumento do gasto foi pago com mais **impostos** sobre a sociedade, que bancam ainda toda a sorte de desperdício na má gestão dos recursos públicos.

Nesse percurso, Executivo e Legislativo optaram quase sempre por tributar mais os pobres, sobretudo com **impostos** associados ao consumo -de alimentos, combustíveis e energia, entre outros. Como as alíquotas geralmente são iguais para todos, acabam pagando mais **tributos**, proporcionalmente à renda, os que ganham menos.

Segundo pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, da USP, entre 1989 e 2020, os parlamentares propuseram ou analisaram 4.841 projetos, medidas provisórias ou propostas constitucionais na área tributária. Apenas 5% das proposições foram progressivas, no sentido de tributar mais os ricos e aliviar os pobres (isentando, por exemplo, produtos da cesta básica).

Nesta semana, estudo do Sindifisco Nacional, de auditores da **Receita Federal**, mostrou que a falta de correção da tabela do Imposto de Renda (IR) combinada ao aumento da **inflação** também têm gerado elevação histórica da tributação sobre os mais pobres.

Em uma simulação, quem recebe R\$ 5.000, após deduções, paga atualmente R\$ 505,64 de IR. Se toda a defasagem da tabela fosse corrigida, o valor cairia para R\$ 24,73. Em caso de reajuste, só pessoas que ganham acima de R\$ 4.670,23 ficariam obrigadas a pagar IR, isentando 12,7 milhões de brasileiros.

Em um cenário de emergência fiscal, é inimaginável

que o governo atual ou o próximo venham a corrigir toda essa defasagem, que levaria a brutal perda na arrecadação. Parece inescapável, porém, a prioridade de perseguir uma **reforma tributária** que torne o sistema mais justo e descomplicado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49980>

Com o cofre cheio

ROSANA HESSEL

A escalada da **inflação** tem ajudado a engordar os cofres públicos como nunca, pois todo brasileiro está pagando mais imposto para o Leão sobre os produtos e itens mais caros. Segundo dados da **Receita Federal** divulgados ontem, a arrecadação de junho cresceu 18%, em termos reais (descontada a **inflação**), somando R\$ 118,04 bilhões. Foi o terceiro melhor resultado do Fisco no ano e o maior para os meses de junho da série histórica da **Receita Federal**, iniciada em 1995. O levantamento baseia-se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumula alta de 11,89% nos 12 meses encerrados em junho.

No primeiro semestre do ano, o total de **tributos** recolhidos pelo Leão chegou a R\$ 1,089 trilhão - 11% superior, em termos reais, ao volume registrado no mesmo período de 2021 e também recorde histórico. Os números foram apresentados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele fez questão de reafirmar que o aumento da arrecadação é fruto de uma retomada econômica e minimizou a influência da carestia na arrecadação. Além disso, garantiu que o país está no rumo do crescimento sustentável, apesar do aumento dos juros. "O Brasil está no início de um longo ciclo de crescimento econômico, apesar dos juros altos", disse.

O Banco Central tem elevado a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, na tentativa de colocar a **inflação** abaixo do teto da meta - algo que não conseguiu no ano passado e vai fracassar neste ano também. A tendência é que a Selic continue subindo e permaneça em patamares elevados até o próximo ano. Analistas do mercado estimam crescimento perto de zero em 2023, na melhor das hipóteses.

Mas Guedes segue otimista. "O Brasil vai continuar surpreendendo", avisou. Ele voltou a afirmar que o mundo está em um processo de "desaceleração sincronizada" e vários países devem entrar em recessão. Mas o Brasil caminhará na contramão, com emprego e renda subindo e a arrecadação surpreendendo. "O fato é que o Brasil está crescendo. As contas externas e as contas públicas estão em ordem. O resto é narrativa", completou.

O secretário especial da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira Gomes, também comemorou o resultado e disse que os números de junho foram "surpreendentes".

Segundo ele, as desonerações de **impostos** implementadas neste ano não prejudicaram a arrecadação do semestre. Conforme os dados do órgão, o impacto das reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de PIS-Cofins sobre combustíveis foi de R\$ 5,8 bilhões e de R\$ 5,1 bilhões, respectivamente, totalizando R\$ 10,9 bilhões, ou seja, praticamente o dobro do valor que deverá ser contingenciado.

Um dos principais motivos do aumento da arrecadação, segundo Guedes, foi a retomada da economia. Ele e os técnicos lembraram que essa recuperação ajudou a melhorar o resultado das empresas e, com isso, o recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL) cresceu 21,54% no acumulado do ano, somando R\$ 258,5 bilhões.

Contudo, quando esse dado é segregado por ramos de atividade, o fator preço pesa mais. A receita com esses **tributos** no setor de combustíveis - um dos vilões da **inflação** - teve um salto de 1.691,4%, para R\$ 21,15 bilhões, enquanto o segundo maior volume, com o setor de extração de minerais, aumentou 30,88% no mesmo período, para R\$ 24,96 bilhões.

Outro dado apontado pelo Fisco foi o crescimento real de 62,82% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Capital, em razão do desempenho dos fundos e títulos de renda fixa, devido aos juros elevados na casa de dois dígitos, um freio considerável para a atividade neste segundo semestre.

A economista Juliana Damasceno, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, lembra que a receita está crescendo, mas o recolhimento de **tributos** como IRPJ/CSLL é sazonal. Logo, não há garantia de novos recordes de arrecadação nos próximos meses. "Uma parte dessa receita acima do esperado está ligada com a atividade econômica, mas o componente preço ainda está presente, especialmente porque o IPCA não é um bom espelho para expurgar o efeito da **inflação** da base tributária", alertou.

Ela lembrou ainda que existe uma parte da melhora da arrecadação relacionada à atividade que não é estrutural, principalmente, quando houver acomodação do ciclo de alta dos preços das commodities. "É muito difícil acreditar que será possível manter a arrecadação nos níveis atuais quando se espera um

processo desinflacionário em meio aos efeitos
contracionistas da política monetária", alertou.

Arrecadação é recorde em junho e no primeiro semestre

A arrecadação total das receitas federais fechou o mês de junho em R\$ 181,04 bilhões, informou ontem o Ministério da Economia. O valor representa acréscimo real (descontada a **inflação**) de 17,96% em relação a junho de 2021. Esse é o maior desempenho desde o início da série histórica da **Receita Federal**, iniciada em 1995.

No acumulado de janeiro a junho de 2022, a arrecadação alcançou R\$ 1,09 trilhão, valor também recorde e que representa alta de 11% em relação aos seis primeiros meses do ano passado.

O aumento observado em junho pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento dos recolhimentos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - ambos totalizaram arrecadação de R\$ 34,2 bilhões, com crescimento real de 37,47%. Além disso, também houve pagamentos atípicos de cerca de R\$ 6 bilhões por empresas ligadas ao setor de commodities.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram arrecadação de R\$ 258,5 bilhões, com avanço real de 21,54%. Também houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 26 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a junho deste ano.

Já a Cofins e o PIS/Pasep apresentaram arrecadação conjunta, em junho, de R\$ 34,2 bilhões, acréscimo real de 11,8%. O Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital somou R\$ 15,2 bilhões, alta de 97,42%. A Receita Previdenciária teve arrecadação de R\$ 44,5 bilhões, avanço de 10,8%.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a arrecadação federal de junho confirma um ritmo de crescimento sustentável do país:

- É um sintoma inequívoco de que o crescimento econômico está surpreendendo. O grande vetor desse aumento de arrecadação foi o lucro das empresas, que veio bem acima do previsto.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Arrecadação vai bem; o Brasil, nem tanto (Editorial)

O governo continua lucrando com a **inflação** e aumentando sua receita, facilmente, enquanto a economia brasileira se move devagar e a pobreza aumenta. Em junho a União arrecadou R\$ 181,04 bilhões.

No primeiro semestre o Tesouro recolheu US\$ 1,09 trilhão, com acréscimo "real" de 11% em relação ao valor de um ano antes. A variação "real", nesse caso, é calculada com base na **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Mas como pode o volume de **impostos** e contribuições ter crescido tanto, se a atividade econômica, segundo os indicadores conhecidos, avançou moderadamente?

No semestre, a produção industrial foi 3,11% menor que a de janeiro a junho do ano passado. As vendas de bens pelo comércio varejista foram apenas 0,10% maiores que as de 2021 no mesmo período. Seria possível explicar o aumento da receita principalmente pela expansão do setor de serviços - um crescimento de 9,59% no mesmo tipo de comparação?

O quadro geral inclui alguns fatos positivos, como a expansão de 23,83% da massa de salários, entre o primeiro semestre do ano passado e o primeiro deste ano. Mas parte dos R\$ 90,43 bilhões cobrados sobre os rendimentos do trabalho só foi possível porque a tabela do Imposto de Renda continuou desatualizada. O limite de isenção foi corrigido pela última vez em abril de 2015.

Além disso, medir a variação "real" da receita fiscal com base no IPCA pode ocultar fatos importantes.

Esse indicador é um número médio. A análise da arrecadação com base nas "divisões econômicas" mostra, por exemplo, aumento de 192,54% no valor recolhido no setor de combustíveis (de R\$ 18,01 bilhões para R\$ 52,88 bilhões a preços de junho deste ano). No setor de "atividades auxiliares do setor financeiro" o aumento foi de 27,20% - de R\$ 23,89 bilhões para R\$ 30,39 bilhões.

O Tesouro claramente ganhou com a **inflação**, com o dólar sobrevalorizado e com a alta dos juros, enquanto consumidores sofreram com a alta de preços e dos juros. Ao mesmo tempo, a economia ficou travada pelo encarecimento do crédito e pela contenção do

consumo das famílias, empobrecidas pela **inflação**, endividadas e sobrecarregadas pelos financiamentos cada vez mais caros.

Segundo o relatório da **Receita Federal**, os números deste ano mostram "o melhor desempenho arrecadatário desde 2000, tanto para o mês de junho quanto para o semestre". Seria uma excelente novidade se esse balanço indicasse uma economia com bom desempenho, isto é, com razoável crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e com **inflação** contida. Mas os dados conhecidos da economia real mostram um cenário muito menos positivo.

Depois de quatro meses consecutivos de expansão, a indústria ainda produziu, no período de janeiro a maio, 2,6% menos que um ano antes. As vendas no varejo em 12 meses foram 0,4% menores que as do período anterior. Mas a receita nominal cresceu 13,6%, em relação à mesma base, e também isso evidencia o desarranjo dos preços. Talvez o Tesouro tenha algum motivo para comemoração. Não é o caso da maioria dos brasileiros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

350 mil famílias entram na fila do Auxílio Brasil por mês

Thiago Resende Brasília

A fila de espera do Auxílio Brasil tem aumentado nos últimos meses em ritmo mais acelerado do que em anos anteriores. Desde abril, 350 mil famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza têm o cadastro aprovado por mês e aguardam para entrar no programa.

Apesar dos bilhões de reais liberados via PEC (proposta de emenda à Constituição) para zerar a fila em agosto, técnicos do governo dizem não ser possível garantir que todos serão atendidos até o fim do ano, pois isso depende de como será a procura pelo benefício nos próximos meses.

Em 2019, por exemplo, essa média era de 200 mil famílias. O fluxo mais intenso deve gerar pressão no governo às vésperas da eleição.

Para especialistas, a disparada da fila é reflexo do aumento da pobreza e de interesse de famílias de baixa renda que receberam o auxílio emergencial e querem continuar a receber algum benefício diante do empobrecimento e da inflação.

De olho na reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) conseguiu autorização do Congresso para um pacote que cria e eleva benefícios sociais. Uma das medidas aumentou de R\$ 400 para R\$ 600 o valor mínimo recebido por família no Auxílio Brasil, além de prometer zerar a lista de espera.

Com isso, o governo espera atender a 20,2 milhões de famílias a partir de agosto -cerca de 2 milhões a mais que atualmente.

Mas, entre janeiro e maio (dado mais atualizado), 2,5 milhões de famílias se inscreveram no Cadastro Único -porta de entrada para programas sociais, sendo o principal o Auxílio Brasil. Há, portanto, pouca margem para atender mais que o número já calculado pelo governo.

A intenção do Ministério da Cidadania é tentar manter a fila zerada até o fim do ano, mesmo que, para isso, precise de mais dinheiro para o programa. No entanto, esse plano depende de espaço no Orçamento e do comportamento da procura pelo Auxílio Brasil no segundo semestre.

Para receber o benefício, o cidadão precisa estar inscrito no CadÚnico e estar dentro da faixa de pobreza (renda entre R\$ 105,01 e R\$ 210 por pessoa da família) ou extrema pobreza (renda de até R\$ 105 por pessoa da família).

As inscrições no Cadastro Único precisam ser verificadas pelo Ministério da Cidadania para que, então, a família se tome apta ao Auxílio Brasil. Se o programa não tem verba suficiente para no -vos beneficiários, é formada uma lista de espera.

A fila do Auxílio Emergencial ficou zerada em janeiro e fevereiro. Depois, a ampliação do orçamento do programa em relação ao antecessor -o Bolsa Família- passou a não ser suficiente para atender a todos que pediram a transferência de renda.

Afila ultrapassou a marca de 1,1 milhão em junho. O ritmo de aumento dessa lista chamou a atenção de integrantes do Ministério da Cidadania.

Em 2020 e 2021, o histórico da fila ficou comprometido por causa do auxílio emergencial -quando o governo parou de analisar cadastros para o Bolsa Família.

Mesmo no período em que a Cidadania retomava o credenciamento de famílias ao programa, o aumento da lista de espera não era tão acentuado.

Como mostrou reportagem da Folha, a quantidade de famílias que buscam fazer o cadastro para conseguir o benefício -a chamada "fila da fila"- vem crescendo.

Capitais como Rio de Janeiro e Salvador enfrentam grande procura de interessados em fazer ou atualizar os dados do CadÚnico, com filas formadas desde a noite anterior e pessoas indo embora sem conseguir senhas.

Em uma articulação entre a ala política e econômica do governo, o Palácio do Planalto patrocinou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para atropelar a legislação fiscal e eleitoral e permitir turbinar os benefícios em meio à corrida presidencial.

O pacote de Bolsonaro mira o eleitorado que está mais afinado como ex-presidente Lula (PT), segundo o Datafolha. O petista alcança 59% das intenções de

voto entre os que recebem o Auxílio Brasil, enquanto Bolsonaro tem 22%.

A vantagem de Lula permanece entre a população que recebe até dois salários mínimos (R\$ 2.424). Ele pontua 56%, contra 20% de Bolsonaro.

Lula e Bolsonaro têm dito que, se eleitos, pretendem manter o valor mínimo do programa de transferência de renda em R\$ 600. Mas as campanhas não dizem como pretendem fazer isso e cumprir a norma fiscal que exige um aumento de arrecadação ou corte de gasto para criar uma despesa permanente.

"O jeito que o governo quis ampliar o programa mostra a intenção eleitoral. Manter o valor [do benefício em R\$ 600 por mês] após as eleições é o mínimo que se pode fazer em uma sociedade em que a pobreza é endêmica", disse Aninho Mucundramo Irachande, professor do Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília).

Para ele, o efeito do pacote de benefícios sociais de Bolsonaro deverá ser marginal. "Os auxílios terão pouco tempo de vigência. Além disso, a inflação está alta e afeta o bolso da população."

Meta é começar a repassar R\$ 600 no dia 9, diz ministro

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou nesta quinta-feira (21) que o Executivo federal pretende começar a pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600 até 9 de agosto.

Ele negou que o aumento tenha fim eleitoral e disse que a meta é levar a verba a todos os beneficiários o quanto antes.

"Colocamos como data ideal 9 de agosto e estamos fazendo todo esforço do mundo para que a gente consiga cumprir essa data. Se não for, vai ser por um ou dois dias no máximo, mas a data que estamos trabalhando para que todos tenham acesso a esse recurso será dia 9", afirmou.

O pagamento dos benefícios só será possível graças à aprovação de uma PEC que atropela as leis que versam sobre eleições e contas públicas para permitir ao governo turbinar benefícios sociais. Matheus Teixeira

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

80

Inadimplência cresce e atinge 62 milhões de brasileiros

Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) aponta que quatro em cada dez brasileiros adultos (38,87%) estavam negativados em junho de 2022 - o equivalente a 62,73 milhões de pessoas. No último mês, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 6,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com base nos dados disponíveis em sua base, que abrangem informações de capitais e interior de todos os 26 Estados da federação, além do Distrito Federal, a CNDL e o SPC Brasil registram que a variação anual observada em junho deste ano ficou acima da observada no mês anterior. Na passagem de maio para junho, o número de devedores cresceu 0,64%.

O presidente da CNDL, José César da Costa, destaca o impacto da **inflação** na renda da população.

"Os preços continuam subindo e os itens básicos têm ocupado mais espaço no orçamento das famílias, com isso, as outras contas acabam ficando para segundo plano", aponta o presidente da CNDL, José César da Costa.

O crescimento do indicador anual se concentrou no aumento de inclusões de devedores com tempo de inadimplência de 91 dias a 1 ano (40,05%).

O número de devedores com participação mais expressiva no Brasil em junho está na faixa etária de 30 a 39 anos (24%), e segue bem distribuída entre os sexos: 50,82% de mulheres e 49,18% de homens.

Cada negativado deve, em média, R\$ 3.583,21. Mais da metade das dívidas são com bancos.

Quase quatro em cada dez consumidores (34,72%) tinham dívidas de até R\$ 500, percentual que chega a 49,75% quando se fala de dívidas de até R\$ 1.000.

Em média, cada consumidor negativado devia R\$ 3.583,21 na soma de todas as dívidas. Considerando todas essas dívidas, cada inadimplente devia, em média, para 1,91 empresas credoras.

Em relação ao aumento do endividamento no Brasil, o indicador mostra que em junho de 2022 houve crescimento de 12,74% em relação ao mesmo período

de 2021.

O dado observado em junho deste ano ficou acima da variação anual observada no mês anterior. Na passagem de maio para junho, o número de dívidas apresentou alta de 1,65%.

Destaca-se a evolução das dívidas com o setor de Bancos, com crescimento de 24,31 %, seguido de água e Luz (4,49%). Em outra direção, as dívidas com o setor credor de Comunicação (-10,81%) e Comércio (-4,06%) apresentaram queda no total de dívidas em atraso.

"O Banco Central tem atuado para diminuir a **inflação**, mas os efeitos ainda não foram sentidos no bolso da população que acumula dívidas dos últimos dois anos de crise. É importante que o consumidor tente negociar seus débitos, principalmente com os bancos que normalmente cobram taxas mais altas pelos atrasos", aconselha o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Inflação ainda está bem viva (Artigo)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

O processo que deflagrou o aparecimento dessa capacidade nos mamíferos ainda não está totalmente claro. Uma possibilidade é a presença de grandes instabilidades ambientais no Triássico, período que começou muito quente, foi esfriando e depois chegou a uma fase de muitas chuvas e grandes variações climáticas. Isso poderia ter favorecido animais capazes de controlar melhor sua temperatura corporal.

"Por outro lado, os mamaliomorfos já tinham características marcadamente de mamíferos, com a diferenciação dentária (dentes incisivos, caninos e molares), regionalização da coluna vertebral e aumento da capacidade cerebral. Portanto, já havia também um contexto evolutivo que condicionou a origem da endotermia", conclui Araújo.

O outro grupo de vertebrados atuais com sangue quente, as aves, provavelmente atingiu resultados semelhantes em sua fisiologia de forma independente, a partir das características do subgrupo de dinossauros ao qual pertenciam.

Isso quer dizer que a **inflação** de produtos ligados a esses preços pode subir menos, pode haver menos pressão, vamos dizer assim. Não quer dizer, necessariamente, que vai. Os preços ao consumidor não dependem apenas desse fator. Mas um bode colocou uma parte do corpo para fora da sala. Outra parte ainda empesteia o ambiente.

Primeiro, pode ser que indústria de transformação e comércio decidam recuperar margens: decidam recuperar o extra que cobram além dos custos que têm, margem que em vários casos estava achatada ou, dito de modo mais neutro, menor do que a esperada ou requerida pelos donos do negócio. Em conversa reservada, um ou outro executivo de supermercado, por exemplo, diz coisa assim.

A recuperação de margem seria um plano, não é uma decisão que se tome facilmente. Depende, por exemplo, da reação dos consumidores na boca do caixa, por assim dizer. Essa reação, depende do que vai ser da renda real disponível nos próximos meses.

O rendimento médio real, o salário médio descontada a **inflação**, ainda caía muito até maio, último dado disponível, em relação a maio do ano passado. Mas a

situação pode despiorar.

A **inflação** vai cair um tico por causa de intervenções do governo: redução de **impostos** sobre energia e combustíveis, principalmente.

O aumento nominal do salário médio tem sido crescente. Em novembro do ano passado, por exemplo, crescia nada (sempre em relação ao mesmo mês do ano anterior, neste caso novembro de 2020). O aumento nominal ganhou ritmo, desde então. Agora em maio deste 2022, crescia a 4,9% ao ano.

Sim, o salário médio ainda perde da **inflação**. O ganho real é abaixo de zero, o IPCA sobe mais do que o salário médio. Mas a situação despiora.

Alguns economistas chegam a dizer que a taxa de desemprego, apesar de horrível, está baixando a um ponto de que não contribui mais para segurar preços (por meio de salários). Parece perverso, mas é o argumento.

O fato é que os salários nominais crescem de modo acelerado desde o final de 2021. Se isso vai pesar na **inflação**, sabe-se lá. De resto, é preciso saber se a desaceleração da economia prevista para a segunda metade do ano vai acabar até com essa despiora do salário médio.

Em terceiro lugar, temos o problema da inércia: **inflação** mais alta gera **inflação** alta por meio de indexação formal, informal e reajustes preventivos por causa de expectativas de preços altos adiante.

Dadas as reduções de preços devidas a intervenções do governo, a previsão para o IPCA para este ano caiu da casa dos quase 9% para 7,5%. Para o ano que vem, 2023, vem subindo e já está em 5,2%, muito além da meta do Banco Central, de 3,25%. Os juros ainda vão ficar altos por muito tempo. Mais herança maldita para 2023.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49980>

Corte de R\$ 5 bi apesar da receita extra

O Ministério da Economia informou que divulgará hoje, no Diário Oficial da União (DOU), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre de 2022. A expectativa é de que, apesar dos aumentos recordes da arrecadação no ano, o documento ainda terá uma previsão de corte de despesas para o cumprimento da regra do teto de gastos em torno de R\$ 5 bilhões.

gira entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. (RH)

A publicação do relatório é uma obrigação do Executivo prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De acordo com analistas, o contingenciamento deverá ocorrer devido às novas despesas que surgiram desde o último relatório bimestral, divulgado em maio.

Uma delas foi a derrubada do veto à Lei Paulo Gustavo, que gerou um gasto adicional de R\$ 3,9 bilhões para o fomento de atividades culturais. Além disso, uma previsão maior de gastos previdenciários e o desbloqueio de R\$ 2,5 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT) devem entrar na conta.

"Para o cidadão comum fica difícil entender como o governo anuncia uma arrecadação recorde e, mesmo assim, terá que cortar despesas do Orçamento.

A questão é a emenda do teto de gastos, que obriga o governo a limitar algumas despesas corrigidas pela **inflação** do ano anterior", observou o especialista em contas públicas Gil Castelo Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. Ele lembrou que alguns órgãos já reclamaram da tesourada, como os ministérios da Defesa e da Educação, além da Polícia Federal. O detalhamento dos cortes, entretanto, deverá ocorrer apenas no fim do mês.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ressaltou que o contingenciamento independe do resultado da receita. "O corte está sendo feito pela restrição que ocorre no teto de gastos. Então, mesmo com um resultado mais forte na arrecadação, a restrição em relação aos gastos não muda", frisou.

Apesar da divulgação do relatório hoje, a entrevista coletiva com os integrantes do Ministério da Economia para detalhar o documento ocorrerá somente na segunda-feira (25). A assessoria da pasta disse que o adiamento da entrevista ocorreu porque o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, tem uma reunião, hoje, do conselho de uma empresa. A remuneração de cada conselheiro dessa companhia

TSE: limites de gastos para eleições em 2022

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou os limites de gastos para as campanhas eleitorais deste ano. O documento assinado pelo presidente do TSE, ministro Edson Fachin, determina que os valores adotados sejam os mesmos das eleições de 2018, corrigidos pela **inflação** medida pelo IPCA, índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ao longo dos últimos quatro anos.

As campanhas para a presidência da República têm os limites mais altos: os candidatos vão poder gastar até R\$ 88,944 milhões no primeiro turno, com um acréscimo de R\$ 44,472 milhões, caso a disputa vá para o segundo turno. Candidatos à Câmara dos Deputados em todo o país vão ter um limite único de até R\$ 3,176 milhões; e as campanhas para deputado estadual vão estar limitadas a R\$ 1,270 milhão. Já para os demais cargos em disputa nas eleições deste ano, os limites para os gastos de campanha variam de acordo com o estado da federação. As candidaturas de São Paulo vão ter os maiores limites: as campanhas ao governo do estado vão poder gastar até R\$ 26,683 milhões, com um acréscimo de R\$ 13,341 milhões em caso de segundo turno. Os candidatos ao Senado Federal vão poder gastar até R\$ 7,115 milhões.

Os estados com os limites mais baixos são Acre, Amapá e Roraima - onde os candidatos ao governo estadual vão poder gastar até R\$ 3,557 milhões no primeiro turno, e mais R\$ 1,778 milhão em caso de segundo turno. Nesses estados, as campanhas para senador vão estar limitadas ao teto de R\$ 3,176 milhões.

Ainda segundo o TSE, esses limites já incluem os gastos realizados pelos candidatos a vice ou a suplente nas eleições de 2022.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220722&p=1>

Em documento, Fiesp defende democracia

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) elaborou documento com sugestões a serem implementadas pelos candidatos à Presidência caso eles cheguem ao Palácio do Planalto em 2023.

Na proposta, batizada de "Diretrizes Prioritárias", além das orientações para recompor a economia do País, a entidade destaca a importância do compromisso dos postulantes ao Executivo com a democracia e o estado de direito.

"A estabilidade democrática e o respeito ao estado de direito são condições indispensáveis para o Brasil superar os seus principais desafios", diz trecho do documento encaminhado aos presidentiáveis.

O documento se divide em 13 temas: ambiente macroeconômico; **reforma tributária**; política industrial; inovação e tecnologia; comércio exterior; infraestrutura; educação; política social; construção civil e habitação; agronegócio; economia verde; modernização trabalhista; e segurança jurídica.

Para a federação, o Brasil passou por um momento virtuoso de sua economia, puxado pela industrialização e, agora, precisa resgatar esse motor, "não mais sob as mesmas bases, mas a partir de uma visão moderna, digital e sustentável, voltada para o desenvolvimento da economia menos intensiva em carbono, mais produtiva, socialmente mais justa e inclusiva".

O documento também avalia que, para reanimar a economia nacional, o Estado precisa atuar mais como "articulador de investimentos e intermediador do processo de desenvolvimento".

"Não se trata de discutir a presença de um Estado mínimo ou máximo, mas de um Estado necessário." MOVIMENTO. Como mostrou o Estadão ontem, juristas e empresários articulam um ato pela defesa do sistema eleitoral do País, diante da investida do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as urnas eletrônicas.

Há dois eventos programados na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no dia 11 de agosto.

A previsão é de que, em um deles, entidades econômicas e da sociedade civil se juntem à comunidade jurídica. A Fiesp faz a interlocução com empresários para obter apoio à pauta, segundo o

diretor da Faculdade de Direito da USP, Celso Campilongo. A ideia, afirmou ele, é reunir figuras de destaque vários setores e várias preferências partidárias em defesa da democracia.

No mesmo dia, no pátio da faculdade, haverá uma reedição da "Carta aos Brasileiros", que será lida pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello. O manifesto, criado por ex-alunos, é inspirado na "Carta" de 1977, lida por Goffredo da Silva Telles Jr., que pedia o restabelecimento de um estado democrático de direito e manifestava repúdio ao regime militar, vigente na época

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

VALOR DA GASOLINA NO BRASIL SE IGUALA AO INTERNACIONAL

Por G1

Os preços da gasolina no Brasil se igualaram aos do mercado internacional após a redução de 5% anunciada pela Petrobras na terça-feira.

Segundo relatório divulgado nessa quinta-feira (21) pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a diferença é de apenas R\$ 0,01 por litro do combustível. Na data da redução, a gasolina no mercado brasileiro estava R\$ 0,30 mais cara que no exterior.

O litro do diesel A (sem adição de biodiesel) continua custando, em média, R\$ 0,13 a mais no mercado interno que o produto importado. Na terça, a Petrobras não reajustou o preço do combustível.

REAJUSTE

A Petrobras informou na terça-feira (19) que iria reduzir o preço da gasolina vendida às distribuidoras a partir de quarta (20). O valor do litro passou de R\$ 4,06 para R\$ 3,86 por litro.

Os preços cobrados nos demais combustíveis foram serão alterados. A redução do preço da gasolina foi de R\$ 0,20 por litro, ou -4,93%, a primeira queda desde dezembro.

O valor volta a ser o mesmo de maio deste ano. No último ajuste, anunciado pela Petrobras em junho, o preço médio de venda de gasolina havia subido de R\$ 3,86 para R\$ 4,06 por litro (alta de 5,18%)

PREÇOS NA BOMBA

Os preços de venda de combustíveis às refinarias pela Petrobras são um dos fatores de composição do preço final dos combustíveis, junto com **impostos** e fatia de distribuidoras e revendedores.

A Petrobras afirma que, considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará de R\$ 2,96, em média, para R\$ 2,81 a cada litro vendido na bomba.

Quem apura o valor na bomba é o levantamento

semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4773>

BCE eleva juro após 11 anos

O Banco Central da Europa (BCE) anunciou, ontem, a primeira elevação de sua taxa básica de juros desde 2011. O aumento foi de 0,5 ponto percentual e segue a tendência das demais autoridades monetárias pelo mundo. A medida demonstra uma tentativa da instituição de conter a alta inflação na zona do euro que, em junho, atingiu o recorde de 8,6%. Além disso, o BCE antecipou que novos reajustes devem ocorrer nos próximos meses.

A alta das taxas já era esperada, porém veio superior ao previsto. Anteriormente, o banco apontava para uma alta de 0,25 p.p dos juros básicos, mas decidiu adotar medidas mais agressivas, em decorrência do contexto inflacionário vivido na região. Segundo a presidente da instituição, Christine Lagarde, a inflação nos países que utilizam o euro como moeda está "indesejavelmente alta".

De acordo com a autoridade monetária, novos aumentos ocorrerão no futuro, a fim de conter a inflação de 2%. O próximo encontro está marcado para setembro.

Segundo Antonio Carlos de Santos, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a situação na Europa estava "insustentável". "Se você aumentar (as taxas de juros), piora a performance econômica. Com os juros subindo, a recessão na Europa torna-se mais provável. Mas se você não sobe, a inflação pode continuar subindo", explicou.

O aumento dos juros básicos é uma consequência da inflação histórica causada, principalmente, pela guerra entre Rússia e Ucrânia. O conflito afeta especialmente o abastecimento em todo o continente europeu. Para Felipe Queiroz, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), "a expectativa inicial era de 0,25, porém o efeito multiplicador na economia produzido pelo petróleo e o impacto causado pelo contingenciamento de grãos vão muito além do que esperavam", observa. "A inflação é a pior da série histórica da zona do euro, e isso altera toda a regra do jogo", acrescenta.

Mercado

O impacto da decisão do BCE foi sentido pelas bolsas de valores ao redor do mundo. O Ibovespa fechou o pregão com 99.033,17 pontos, um aumento de 0,76%. Acompanhou o movimento de alta no mercado norte-americano, como ocorreu com Dow Jones, S P 500 e

Nasdaq. Já na Europa, os mercados oscilaram. Na Itália e em Frankfurt, na Alemanha, foi registrada queda de 0,71% e de 0,27%, respectivamente. Enquanto Londres subiu 0,21% e Paris, 0,27%.

De acordo com o head de renda variável da W1 Capital, Caio Tonet, a preocupação do mercado é a fragmentação do bloco europeu. "Preocupa essa possível fragmentação em um momento em que a taxa de juros vai começar a subir na Europa. Alguns países podem ser mais prejudicados, talvez até se aproximando cada vez mais de calotes", concluiu.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Jogo empatado: crise europeia faz dólar alcançar valor do euro (Artigo)

GABRIELE COUTO

Tão logo começamos a sentir os principais efeitos econômicos das medidas de contenção e combate à pandemia em todo o mundo, uma crise tão grave quanto voltou a assombrar a economia global: a ofensiva russa contra a Ucrânia, iniciada no fim de fevereiro, interrompeu o fornecimento de gás e petróleo para a Europa e de outros insumos para os demais continentes.

O principal impacto para o Brasil, por exemplo, foi a desestabilização das remessas de fertilizantes agrícolas russos, que são responsáveis por alimentar nada menos que 85% do agronegócio brasileiro. Isso ajuda a explicar, em parte, o porquê da inflação nacional acima dos 10%, puxada pelas várias altas dos preços dos produtos alimentícios.

Mas, desconsiderando as diferenças sociais, nossos problemas ainda conseguem ser menos inquietantes do que os que se passam na Europa. Além do aspecto geográfico, que naturalmente coloca o continente no epicentro do conflito, há também uma grave escassez de energia. O posicionamento dos principais líderes europeus favoráveis à Ucrânia provocou um clima de temor diante da ameaça russa de literalmente fechar as torneiras que conduzem o gás para outros países europeus.

Isso vem fragilizando gradativamente a economia europeia, altamente dependente de gás, criando um cenário de instabilidade que afeta diretamente o valor do euro. A tal ponto de, pela primeira vez em 20 anos, o dólar alcançar o mesmo valor da moeda oficial da União Europeia. Em alguns dias deste mês de julho, a moeda americana chegou inclusive a operar com um valor sutilmente superior.

Na prática, não há regras de mercado que definam que a estabilidade da economia mundial dependa de que o euro mantenha uma cotação superior à do dólar. Aliás, do ponto de vista de oferta e demanda, essas oscilações são normais. No entanto, há de se ter em mente que esse movimento mais acentuado pode ser um prelúdio do que espera a economia europeia.

Não por acaso, já há uma fuga de capital da Europa, em direção a mercados mais seguros. Isto significa que os ativos europeus estão sendo substituídos por

investimentos dolarizados. A tendência, hoje, é de evitar a canalização de aplicações em ativos do Velho Continente. Observar os novos capítulos do conflito e as decisões diplomáticas da Rússia diante dos vizinhos europeus pode dizer muito sobre os movimentos do euro nos próximos meses.

Não obstante, valer frisar que, no cenário atual, a expectativa é a de que no curto prazo o euro acumule mais desvalorização frente à moeda americana. Isso porque, diante do contexto inflacionário nos Estados Unidos, o Federal Reserve tende a adotar medidas mais duras em relação à política de aperto monetário. A alta dos juros na economia americana tende a acentuar o fluxo de investimentos no país.

Nesse sentido, embora na economia brasileira, a paridade entre dólar e euro também não tenha grandes efeitos - uma vez que fazemos paridade primeiro do real com o dólar e depois do dólar com o euro -, a atenção dos investidores deve estar voltada para a dinâmica de apreciação da moeda americana que impacta diretamente outras variáveis da economia, como é o caso dos preços das commodities que são dados em dólar no mercado global.

GABRIELE COUTO. Economista e assessora de investimentos da Atrio Investimentos

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/?numero=11994&edicao=15146>

Mercado já vê aperto maior para Selic

CLEIDE SILVA

O mercado passou a rever suas apostas para a evolução da Selic, com a perspectiva de uma **inflação** mais alta do que o esperado em 2023 e de maior risco para a administração das contas públicas, depois da aprovação da PEC Kamikaze - que aumentou o valor de benefícios como o Auxílio Brasil e criou outros em pleno ano eleitoral. O pacote vai custar R\$ 41,2 bilhões, valor fora do teto de gastos.

Se antes a expectativa era de que a elevação da taxa básica de juros, hoje em 13,25% ao ano, já pudesse ser interrompida em agosto, agora bancos e consultorias avaliam que os aumentos devem prosseguir pelo menos até setembro ou outubro.

Nesse cenário, a Selic poderia chegar a até 14,25%, segundo novas estimativas do mercado, voltando ao patamar de meados de 2016.

"Se deixar a **inflação** correr solta neste momento, há risco não só de uma disseminação de todos os preços da economia, mas de uma persistência dessa **inflação** alta ao longo de vários anos", diz Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria.

Segundo ele, a previsão da Tendências é de alta da Selic de 0,5 ponto percentual, em agosto, e 0,25 ponto em setembro, levando a taxa para 14%.

Já o Credit Suisse estima elevação de 0,5 ponto percentual em agosto e mais duas altas de 0,25 ponto em setembro e outubro, para 14,25%. Mesma previsão tem o Santander, mas com duas altas seguidas de 0,5 ponto nas reuniões do Copom tanto no próximo mês quanto no seguinte.

O quadro não é exclusivo do Brasil. Lucas Vilela, economista do Credit Suisse, frisa que bancos globais trabalham com taxas mais altas de juros nos EUA e na Zona do Euro, que tentam lidar com uma **inflação** recorde.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lei favorece brasileiros

Vicente Nunes

Lisboa, Portugal - A Assembleia da República de Portugal aprovou ontem projeto de lei que facilita a entrada e a permanência de estrangeiros no país. Com isso, cidadãos que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre eles, o Brasil, poderão obter vistos especiais para trabalhar em terras lusitanas. A autorização valerá por 120 dias, podendo ser renovada por mais 60. Os chamados nômades digitais poderão requerer residência por até três anos em Portugal, benefício que será estendido aos familiares. As novas regras só dependem de regulamentação do governo português para entrar em vigor.

Com as alterações na lei, os interessados em trabalhar em Portugal poderão requerer os vistos especiais diretamente nas embaixadas ou nos consulados portugueses. Hoje, esse processo é extremamente burocrático e demorado, pois é feito por meio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), órgão que perdeu mais de 300 funcionários nos últimos anos e têm mais de 160 mil processos em análise. Mais: pelas regras atuais, os estrangeiros que pretendem trabalhar em Portugal precisam apresentar contrato com empresa local. Com as novas, os interessados poderão entrar no país e, então, procurar um emprego.

A aposta do governo de Portugal é de atrair mão de obra para dinamizar a economia, que cresce de forma lenta e sofre o rápido processo de envelhecimento da população. Mas que fique claro: não será uma farra de vistos, como é vendido por meio de redes sociais e por aqueles que oferecem facilidades. As pessoas que se candidatarem a vagas de trabalho em Portugal terão de apresentar passagens de ida e volta e comprovar que têm condições de se manterem no país caso não consigam emprego no tempo de vigência da autorização especial. Os estrangeiros que se beneficiarem das novas regras serão inscritos na **Receita Federal** local, na **Seguridade Social** e no Sistema de Saúde.

Vale ressaltar ainda que Portugal sofre com uma **inflação** altíssima, próxima de 9% ano, com aluguéis e valores de imóveis em disparada. Os juros também apontam para cima. Hoje, é possível encontrar milhares de trabalhadores estrangeiros, especialmente brasileiros, vivendo em condições sub-humanas. Como não ganham o suficiente para ter moradias dignas, alugam espaço em camas para dormir. Ou seja, quem trabalha dia, paga para dormir à noite. E

vice-versa.

São constantes também ver estrangeiros mendigando pelas ruas, sem condições de retornarem aos países de origem.

FISCALIZAÇÃO INTENSA Segundo Ana Catarina Mendonça Mendes, ministra-adjunta e de Assuntos Parlamentares, a nova lei dará mais dignidade aos estrangeiros que trabalharem em Portugal, pois todos ficarão em condição regular. Hoje, muita gente entra no país como turista e aproveita para procurar emprego, ficando no limbo após 90 dias. A partir da regulamentação da nova lei, os interessados em viver e trabalhar no país europeu poderão contar com proteção legal. Mas todos passarão por intensa fiscalização, garantiu ela. Aqueles que conseguirem passar os 180 dias empregados poderão pedir a prorrogação do visto temporário por dois anos e mesmo a residência definitiva no país, desde que cumpridas todas as exigências.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/07/2022/p1>

Preço da passagem aérea é o maior em quase dez anos

Os preços das passagens aéreas decolaram no Brasil. Em maio, a tarifa média de voos domésticos chegou a R\$ 682,60, uma alta de 48,5% ante igual mês do ano passado (R\$459,79).

O preço mais recente também é o maior em termos reais - com o ajuste pela **inflação** - desde dezembro de 2012 (RS 686,76), de acordo com dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Na visão de analistas e representantes do setor de turismo, a **inflação** do segmento testa neste momento a capacidade de planejamento do brasileiro para as viagens.

Segundo eles, a organização e a procura por passagens com alguma antecedência ainda são as opções mais indicadas para tentar encontrar bilhetes que pesem menos no bolso.

"A passagem mais cara, sem dúvida, impacta as viagens, apesar de o setor de turismo ter apresentado um crescimento muito rápido (após a derrubada de restrições na pandemia]", diz Roberto Nedelciu, presidente da Braztoa (Associação Brasileira das Operadoras de Turismo).

"Quando o cliente liga e vê os preços das passagens no curto prazo, para o mês seguinte, por exemplo, às vezes fica impossível. Há ocasiões em que ele muda o destino, escolhe um mais próximo. Mas temos insistido para que a viagem seja programada com antecedência", completa.

Segundo Nedelciu, os prazos de planejamento sugeridos são de no mínimo 40 a 60 dias para deslocamentos nacionais e de seis meses para idas ao exterior.

"O principal ponto para economizar é o tempo. Quanto maior a antecedência, mais oportunidades a pessoa tem para monitorar os preços das passagens e fazer a compra", afirma Adriano Severo, analista de investimentos e educador financeiro da Severo Capital.

Outra dica, diz, é comparar os valores em sites que negociam bilhetes e nos endereços das próprias companhias aéreas. "É comum encontrar preços diferentes", relata Severo.

A Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) relata que comprar bilhetes com antecedência de pelo menos dois meses tem sido a recomendação das suas associadas para que os passageiros encontrem "preços competitivos".

COMBUSTÍVEL E DEMANDA

Um dos fatores que levaram as tarifas para cima foi a carestia do querosene de aviação, o QAV, destacam analistas.

Na reta final de dezembro, o preço do litro era de R\$ 3,71, conforme dados reunidos pela Anac. Em meados de junho, subiu para RS 5,63, uma alta de 51,8%. A taxa de câmbio acima de RS 5 contribuiu para o avanço do combustível, "Existe uma pressão de custos sobre as companhias aéreas, sobretudo com a alta do querosene de aviação", aponta o economista Fabio Bentes, da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

De acordo com ele, a retomada das atividades turísticas após o tombo na pandemia também ajuda a explicar a alta dos bilhetes nos últimos meses.

Em maio, o número de passageiros pagos em voos domésticos foi de 6,4 milhões, aumento de 75,7% ante igual mês de 2021 (3,6 milhões), sinalizam dados da Anac.

O patamar, contudo, ainda ficou 10% abaixo de maio de 2019 (7,1 milhões), antes da crise sanitária.

Também há sinais de aquecimento nos voos internacionais. Em maio deste ano, o número de passageiros pagos foi de 1,2 milhão, aponta a Anac.

A quantidade é 519,6% maior do que no quinto mês de 2021 (195,5 mil). Porém, ainda está 36,5% abaixo de maio de 2019 (1,9 milhão).

"A gente vê a **inflação** em vários segmentos. A passagem aérea é afetada. Muita gente deixou de viajar na pandemia, e depois houve um aumento abrupto na demanda", aponta Frederico Levy, vice-presidente de marketing e eventos da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens).

TRÉGUA DA COVID

O advogado Renato Raposo, 44, é um dos brasileiros que aguardavam a trégua da Covid-19 para voltar a viajar.

No final do mês, ele embarca para o Sri Lanka. O país, que atravessa crise política, será o 49o da lista de destinos visitados pelo morador do Rio de Janeiro.

Raposo relata que, nos últimos meses, percebeu um "aumento significativo" nas passagens. Para encarar os preços mais altos, buscou planejar a viagem com no mínimo 90 dias de antecedência, o que garantiu valores mais em conta, segundo ele.

"Difícilmente faço uma viagem repentina. Gosto de planejar para ter melhores condições de manobra e opções de voos", diz o advogado.

Em maio, o índice de atividades turísticas calculado pelo IBGE voltou a subir e ficou apenas 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) no país. O indicador reflete o desempenho de 22 serviços associados ao turismo.

Frederico Levy, da Abav, ainda vê condições de uma aquecida até dezembro. "Tem pessoas deixando os planos mais para frente, porque, no meio do ano, as coisas ficam mais caras com as férias." (Fo-lhapress)

Inflação em 12 meses de 122,4%

No Brasil, as passagens aéreas de voos domésticos acumularam inflação de 122,4% em 12 meses até junho, conforme o IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A alta foi a maior entre os 377 subíndices que compõem o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Na fase inicial da pandemia, com a demanda no chão, as passagens chegaram a registrar queda de preços. A deflação (baixa) até janeiro de 2021 foi de 28,86%, por exemplo.

Para Fabio Bentes, da CNC, passados os efeitos da reabertura da economia, os preços das passagens em nível elevado podem frear a retomada do turismo ao longo do segundo semestre. Os juros mais altos também jogam contra o setor, diz.

"Isso pode fazer com que a reação do turismo fique mais lenta no segundo semestre. Medidas como o Auxílio Brasil, por exemplo, não atingem quem consome esse tipo de serviço", avalia.

A Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) também sinaliza que a inflação das passagens está

associada a questões como a pressão de custos. Nesse sentido, a entidade cita o aumento do querosene de aviação, que historicamente representa em torno de um terço dos custos das companhias aéreas.

"É importante enfatizar que o preço de uma passagem aérea tem relação direta com os custos das companhias, que por sua vez são impactados por fatores externos, como a cotação do dólar em relação ao real, que indexa mais da metade dos custos do setor, pressionando itens como o combustível dos aviões, manutenção e arrendamento de aeronaves", afirma. (FP)

O principal ponto para economizar é o tempo. Quanto maior a antecedência, mais oportunidades a pessoa tem para monitorar preços das passagens e fazer a compra" Adriano Severo, analista de investimentos e educador financeiro da Severo Capital

Site: <https://opopular.com.br/digital/22-julho-2022/1o-caderno>